



## PARECER JURÍDICO N. 70/2024

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. BENS DE NATUREZA COMUM. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. FASE PREPARATÓRIA. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS AUXILIARES E MINUTAS. LEI FEDERAL N. 14.133/2021. LE COMPLEMENTAR N. 123/2006. DECRETO MUNICIPAL N. 141/2023. REGULARIDADE FORMAL.

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo cuja finalidade é *o registro de preços para eventual aquisição de materiais e vacinas necessárias para a realização de testes/exames de brucelose e tuberculose, visando atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Cordilheira Alta*, mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento menor preço por lote e modo de disputa aberto, conforme justificativas e especificações constantes no termo de referência e anexos.

O processo foi distribuído à Procuradoria para análise e emissão de parecer, na forma do art. 53 da Lei n. 14.133/2021, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes elementos: 1) documento de formalização da demanda; 2) estudo técnico preliminar; 3) termo de referência; 4) parecer contábil; 5) minutas do edital e da ata de registro de preços.

É o relatório.

### 2 – ABRANGÊNCIA

A presente manifestação tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria. Dessa forma, não se adentrará aos demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, cuja análise é de responsabilidade exclusiva dos órgãos competentes.



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



Delimitado o alcance deste parecer, passa-se à fundamentação.

### 3 – FUNDAMENTAÇÃO

A fase preparatória dos processos licitatórios, essencialmente caracterizada pelo planejamento, está disciplinada no art. 18 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes termos:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*





*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

No presente procedimento, verifica-se que o documento de formalização da demanda, em sintonia com o que dispõe o art. 11 do Decreto Municipal n. 141/2023, possui informações sobre: 1) o objeto a ser contratado; 2) a justificativa da contratação, constando informação sobre a inexistência de contratação do objeto no exercício anterior; 3) a quantidade a ser contratada; 4) a estimativa de valor de mercado; 5) a indicação da data pretendida para a execução do objeto, com justificativa; 6) a indicação de inexistência de vinculação do objeto com contratações correlatas; 7) o nome do setor requisitante e do responsável por prestar informações.

No tocante ao estudo técnico preliminar, consta que ele foi elaborado pelos servidores da Administração e, apesar de tratar-se de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, § 1º, da Lei n. 14.133/2021 e no art. 13, § 5º, do Decreto Municipal n. 141/2023.

Por sua vez, o termo de referência, ao que tudo indica, também compõe-se dos elementos necessários, elencados no art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2023. De todo modo, é do Secretário Municipal a análise das questões técnicas, na forma do art. 71 do Decreto Municipal n. 141/2023.

Em relação ao mapa de riscos, no âmbito do Município de Cordilheira Alta ele está disposto na Portaria Municipal n. 28/2024, a qual assertivamente foi juntada aos autos.

No mapa de preços, consta que a pesquisa foi realizada por meio de contratações realizadas por outros órgãos públicos para o mesmo objeto. De todo modo, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no termo de referência com os de mercado apurados pela Administração, dado que tanto a pesquisa como a valoração são de responsabilidade exclusiva do setor técnico competente.





Além disso, consta nos autos o parecer contábil, emitido pelo Departamento de Contabilidade, além das designações do agente de contratação (pregoeiro) e da comissão de apoio, bem como dos fiscais e do gestor do contrato.

Conforme se depreende dos documentos auxiliares do processo, a Administração classificou o objeto como bens comuns. Assim, por tratar-se de bens comuns e por não haver como apurar, desde logo, se será necessária toda a quantidade almejada, o pregão é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como o sistema de registro de preços.

Ademais, verifica-se que a licitação se dará de forma eletrônica, assim como determina o art. 23 do Decreto Municipal n. 141/2023, e que o critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, pelo modo de disputa aberto.

Com relação à minuta do edital, observa-se que ela atende: (I) às exigências descritas no art. 25 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 35 do Decreto Municipal n. 141/2023; (II) à exclusividade às ME/EPP/equiparadas prevista na Lei Complementar n. 123/2006; (III) à preferência às ME/EPP/equiparadas sediadas em âmbito local ou regional, na forma do Decreto Municipal n. 141/2023. Ademais, no ETP consta justificativa pela vedação de empresas reunidas em consórcios.

Com relação à minuta da ata de registro de preços, ela também reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas para os instrumentos da espécie, na forma do art. 6º, XLVI, da Lei n. 14.133/2021.

À vista disso, do ponto de vista formal, os atos estão regulares.

#### **4 – CONCLUSÃO**

ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a Procuradoria-Geral, representada por seu procurador subscrito, no uso de suas atribuições legais, opina pela viabilidade jurídica do prosseguimento do presente processo licitatório.





Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 15 de maio de 2024.

**MADIAN ROMAN**  
**Procurador do Município**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



[juridico@pmcordi.sc.gov.br](mailto:juridico@pmcordi.sc.gov.br)



[www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)



(49) 3358-9100